

PROJETO DE LEI Nº 187/2013

DISPÕE sobre os critérios para apuração da base de cálculo ISSQN incidente sobre os serviços previstos no item 4.23 da lista anexa à Lei Municipal nº 714, de 30 de outubro de 2003, para as operações que especifica.

À CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS

Art. 1º Confere correta interpretação ao art. 7º da Lei nº 714, de 30 de outubro de 2003, no que se refere aos serviços previstos no item 4.23 da lista anexa.

Art. 2º A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN incidente sobre os serviços referidos no art. 1º é a diferença entre a receita bruta auferida pela operadora do plano de saúde e os valores repassados a terceiros.

Parágrafo único. Consideram-se valores repassados a terceiros e que não se incluem na base de cálculo mencionada no *caput* deste artigo:

I – os valores repassados aos contratados, credenciados, cooperados e beneficiários, a título de remuneração pelos serviços por eles prestados;

II – as despesas relativas a serviços contratados pela operadora do plano de saúde, que estejam diretamente vinculados à sua atividade-fim.

Art. 3º Não sendo possível apurar com precisão o valor dos repasses e despesas previstos no parágrafo único do art. 2º desta Lei, a base de cálculo do ISSQN será estimada em 20% (vinte por cento) do total da receita auferida pela operadora em decorrência das contratações de planos de saúde, de seguro-saúde e das mensalidades pagas pelos usuários do serviço.

Art. 4º A Administração Tributária Municipal procederá à revisão dos lançamentos já efetuados do ISSQN sobre as operações de que trata o art. 1º desta Lei, conferindo-lhes a interpretação dada por esta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observado o disposto no art. 106, inc. I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).

MENSAGEM Nº 012/2013

MENSAGEM À CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS

Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente

**Excelentíssimos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de
Manaus,**

Faço chegar a esta augusta Casa Legislativa, para a devida apreciação e deliberação, o projeto de lei que **“DISPÕE sobre os critérios para apuração da base de cálculo do ISSQN incidente sobre os serviços previstos no item 4.23 da lista anexa à Lei Municipal nº 714, de 30 de outubro de 2003, para as operações que especifica”**.

O principal objetivo almejado com a presente proposta legislativa é dar a correta interpretação ao que é o preço do serviço no que concerne às operações de “vendas” de planos de saúde (item 4.23 da lista anexa à Lei Municipal nº 714/2003), bem como a definição da base de cálculo do tributo na espécie, tema essencial à cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN pelo Município de Manaus sobre essa atividade.

Nesses termos, o projeto de lei em questão tenciona, a um só tempo, adequar a legislação municipal aos fatos e consolidados precedentes que compõe a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria¹, além de

¹PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ISS. PLANO DE SAÚDE. INCIDÊNCIA. BASE DE CÁLCULO. DESCONTOS.

(...) A Segunda Turma ratificou jurisprudência de que a base de cálculo do ISS sobre planos de saúde é o preço pago pelos consumidores, diminuído dos repasses feitos pela contribuinte aos demais prestadores de serviços de saúde (hospitais, clínicas, laboratórios, médicos etc.). Com ressalva de meu entendimento, passo a acompanhar esses precedentes.

atender à orientação expedida pela Procuradoria Geral do Município no Processo Administrativo nº 2013/2287/2908/0411, no sentido de que a base de cálculo do ISSQN limitar-se-á, na situação ventilada, ao valor recebido a título de taxa de administração, assim entendido como o valor da receita bruta auferida pelo plano de saúde, subtraídos os valores repassados a médicos, hospitais, laboratórios e demais despesas necessárias à prestação do serviço.

Diante destas considerações, temos por certo que a proposta ora apresentada contribuirá sensivelmente para a realização da justiça fiscal e para o avanço rumo à modernização das ações tributárias do Município de Manaus, atendendo ao interesse público clamado por nossa população.

Assim, levo o presente projeto lei ao conhecimento deste Parlamento Municipal, ao tempo em que renovo votos de distinta consideração e apreço as Vossas Excelências.

ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO

Prefeito de Manaus